

RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.176 - RO (2017/0035769-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : ERLESSON FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

ERLESSON FERREIRA DOS SANTOS interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia** (Apelação Criminal n. 0007220-56.2016.8.22.0501).

Consta dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 10 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, c/c art. 40, V, ambos da Lei n. 11.343/2006; e 304, *caput*, do Código Penal.

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta violação do art. 59 do Código Penal e requer, em síntese, seja a pena-base do crime de tráfico de drogas reduzida ao mínimo legal.

Contrarrazões às fls. 215-219 e decisão de admissibilidade à fl. 223.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do recurso e, caso conhecido, pelo seu não provimento.

Decido.

No que tange à pretendida redução da pena-base, cumpre salientar que a fixação da pena é regulada por princípios e regras constitucionais e legais previstos, respectivamente, nos arts. 5º, XLVI, da Constituição Federal, 59 do Código Penal e 387 do Código de Processo Penal. Todos esses dispositivos remetem o aplicador do direito à individualização da medida concreta para que, então, seja eleito o *quantum* de pena a ser aplicada ao condenado criminalmente, visando à prevenção e à repressão do delito perpetrado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa da lei penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve

atentar-se para as singularidades do caso concreto e, na primeira etapa do procedimento trifásico, guiar-se pelas circunstâncias relacionadas no *caput* do art. 59 do Código Penal, as quais não se deve furtar de analisar individualmente. São elas: culpabilidade; antecedentes; conduta social; personalidade do agente; motivos, circunstâncias e consequências do crime; comportamento da vítima.

Contudo, não se pode olvidar que, tratando-se de crime previsto na Lei de Drogas – como ocorre na espécie –, o juiz deve considerar, ainda, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, bem como a personalidade e a conduta social do agente, a teor do estabelecido no art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

No caso, o Juiz sentenciante, ao fixar a pena-base acima do mínimo legalmente previsto, fez menção à existência de **maus antecedentes**, com o destaque de que o próprio réu declarou que "**já foi condenado anteriormente por tráfico de drogas** na comarca da Altamira/PA" (fl. 141); ainda, considerou que as circunstâncias do delito seriam desfavoráveis, porque "acusado foi flagrado na posse de **grande quantidade de droga que seria transportada Porto Velho/RO para Juazeiro do Norte/CE**, onde seria disseminada na sociedade **e, ainda, fazendo uso de documento falso, com objetivo de ludibriar a justiça e assegurar o efetivo transporte da do entorpecente**" (fl. 141); por fim, mencionou a **natureza e a elevada quantidade de drogas apreendidas (4 quilos de cocaína)**.

A Corte estadual, por sua vez, manteve inalterada a reprimenda-base imposta ao réu, com base nos seguintes argumentos (fls. 199-200):

Na hipótese, verifica-se que, quando da análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, em um universo de pena abstrata variando entre 5 e 15 anos de reclusão, o juízo fixou a pena-base para o apelante um pouco acima do mínimo legal - 10 anos e 2 meses de reclusão - em razão de algumas das circunstâncias judiciais serem desfavorável, principalmente a natureza e a grande quantidade de substância entorpecente apreendida - 4.330 g (QUATRO MIL, TREZENTOS E TRINTA GRAMAS) de cocaína, conforme descrito no Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 7), pois evidencia a maior reprovabilidade da conduta do

agente.

Assim, pelo fato de parte dessas circunstâncias terem sido reconhecidas como desfavoráveis ao apelante, a pena -base não merece reparos, pois está dentro de um critério de razoabilidade.

Demais disso, a jurisprudência consolidada, inclusive do STF, orienta que havendo uma só circunstância judicial desfavorável é o quanto basta para a reprimenda base afaste do seu mínimo legal (STF - HC 76196/GO, rel. min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, j. 29/9/1998).

Assim, o afastamento da pena -base do mínimo legal ocorreu dentro de um critério de razoabilidade e proporcionalidade tolerável, mormente sabendo que o tipo penal prevê um hiato sancionatório de dez anos, como, reiteradamente, vem se decidindo nesta 2ª Câmara Criminal.

Como se vê, a expressiva quantidade de cocaína que é uma das substâncias entorpecentes com o maior grau de dependência, não pode, por isso, deixar de influenciar na aplicação da pena.

Faço lembrar que a dosimetria da pena configura matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado e é regulada pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, de maneira que, havendo as instâncias ordinárias fundamentado o aumento da reprimenda-base à luz, justamente, das peculiaridades do caso concreto, não vejo como acolher o pleito defensivo, **em homenagem ao princípio do livre convencimento motivado**.

Vale dizer, uma vez que foram apontados **argumentos concretos e específicos dos autos** para a fixação da pena-base acima do mínimo legal – em consonância, aliás, com o disposto no **art. 42 da Lei n. 11.343/2006** –, não há como esta Corte simplesmente se imiscuir no juízo de proporcionalidade feito pelo Tribunal de origem para, a pretexto de ofensa aos princípios da proporcionalidade e da individualização da pena, reduzir a reprimenda-base estabelecida ao acusado.

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, "A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena. Cabe às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixar as penas e às Cortes Superiores, em grau recursal, o controle da legalidade e da

constitucionalidade dos critérios empregados, **bem como a correção de eventuais discrepâncias, se gritantes ou arbitrárias**" (HC n. 122.184/PE, Rel. Ministra **Rosa Weber**, 1ª T., DJe 5/3/2015), situação que, no entanto, não verifico caracterizada nos autos.

Diante de tais considerações, não identifico a apontada violação do art. 59 do Código Penal e, por isso mesmo, mantenho inalterada a pena-base imposta ao recorrente.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e no art. 34, XVIII, "b", parte final, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**